ACTA

Aos dois dias do mês de Abril do ano de dois mil e nove, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva - e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Armindo José Ferreira da Costa e Silva, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Rui Vítor Poeiras Lobo da Costa, José Manuel Fernandes Antunes, Carlos Manuel Amaral Vasconcelos, Vítor Manuel da Silva Ferreira e Ana Amélia Mota Guimarães. ----------

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. ----------

---------- **ANTES DA ORDEM DO DIA** ----------

---------- **INTERVENÇÕES** ----------

1 – Vereador Rui Vítor Costa – a) – Fez uma análise aos dados sobre os Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) recolhidos em Guimarães, referindo que o balanço é positivo, pois a recolha de RSU tem vindo a diminuir, enquanto que a Recolha Selectiva regista um aumento, o que pressupõe uma maior consciência ambiental e um maior envolvimento por parte dos cidadãos. Acrescentou que a recolha selectiva apresenta, hoje, apenas 10% dos RSU no concelho, constituindo os materiais não fermentáveis mais de 50% do lixo doméstico, considerando desejável chegar aos 25% de recolha selectiva relativamente aos RSU em Guimarães, lançando mão de algumas estratégias como campanhas e envolvimento da comunidade. Continuou, referindo que, tendo em conta a importância na redução dos RSU em Guimarães, bem como a importância primordial que a reutilização dos materiais tem nessa mesma redução, e que existem, de forma dispersa e desorganizada, um conjunto de pequenas empresas comerciais e/ou de trabalhadores individuais especializados na reparação dos mais diversos materiais domésticos, apresentou uma proposta que consiste na criação,

pela Câmara Municipal de Guimarães, de uma Agenda Anual Informativa de Reparações onde constassem a morada, os contactos e outras informações dos vários reparadores de materiais domésticos no nosso concelho, a ser distribuída por todos os vimaranenses, avaliada e actualizada anualmente. **2 – Vereador José Manuel Antunes – a)** – Abordou, uma vez mais, o projecto de intervenção que está em curso na Vila de Lordelo, colocando questões quanto à construção de uma rotunda num cruzamento da EN 105; **b)** – Pediu esclarecimentos sobre a execução da obra de pavimentação da via no entroncamento das freguesias de Tabuadelo e S. Faustino; **c)** – Questionou o Presidente da Câmara sobre o abaixo-assinado entregue na Câmara Municipal pelos moradores das Ruas 24 de Junho, Fonte Cova e Travessa do Montinho, da freguesia de Ponte. **3 – Vereador Carlos Vasconcelos – a)** – Manifestou a sua preocupação pelo facto de os Bombeiros de Guimarães se encontrarem limitados na utilização de viatura adequada para o combate de incêndios no Centro Histórico. Referiu, também, a dificuldade de acesso, por parte dos Bombeiros a esta zona. **4 – Vereadora Ana Amélia Guimarães – a)** – Fez a entrega de uma proposta sobre as tarifas da VIMÁGUA, depois de a ter lido em voz alta, solicitando que a mesma fosse votada ou nesta reunião ou na próxima. **5 – Vereador Armindo Costa e Silva – a)** – Sobre os resíduos, disse que os dados favoráveis relativos à recolha de resíduos também se devem ao facto de a Câmara Municipal ter vindo a aumentar o número de ecopontos e de realizar diversas acções em escolas com o objectivo de sensibilizar para a temática dos resíduos e da energia. Disse, ainda, que a Associação de Municípios do Vale do Ave vai colocar mais 110 ecopontos que vão melhorar ainda mais os níveis de recolha; **b)** – Relativamente aos incêndios no Centro Histórico, esclareceu que a Câmara Municipal tem tido a preocupação de instalar marcos de incêndio nos

diversos espaços públicos. Disse, ainda, que a Autarquia, dentro do possível, tem concedido apoios às Associações Humanitárias de Bombeiros; **6 – Vereador Domingos Bragança – a) –** Relativamente à intervenção do Vereador José Manuel Antunes disse que está a ser pavimentada a via que vem de Gémeos, com construção de passeios, tendo-se verificado uma conflituosidade no entroncamento das freguesias de Tabuadelo e S. Faustino devido ao espaço de estacionamento; **b) -** No que diz respeito à obra em curso na freguesia de Lordelo, disse estar a ser realizado um bom trabalho. **7 - Presidente da Câmara** – Sobre as intervenções feitas, esclareceu: **a)** – Quanto às reclamações da população de Guardizela e Serzedelo disse que havia remetido à VIMÁGUA as preocupações apresentadas, tendo obtido apenas ontem, ao final do dia, a resposta, pelo que não teve ainda tempo de a analisar; **b)** – Sobre a recolha selectiva de resíduos acrescentou ainda mais alguns dados, designadamente a construção de um Ecocentro na Vila de Ponte; **c)** – Relativamente à obra em curso em Lordelo disse que estava a ser executada em coordenação com a Estradas de Portugal; **d)** – Relativamente ao abaixo-assinado dos moradores da Vila de Ponte disse que esta não era a melhor forma de resolver a questão, lembrando que a VIMÁGUA tinha equipamento para fazer o despejo das fossas sépticas, enquanto não existir saneamento público; **e) –** No que diz respeito à intervenção do Vereador Carlos Vasconcelos disse que o problema não está tanto nos acessos mas sim na caracterização das ruas, acrescentando que por muito requalificado que seja, o Centro Histórico vai ser sempre um espaço de risco. Adiantou que está a ser realizado um trabalho conjunto entre a Câmara Municipal e os Bombeiros que tem como objectivo tentar encontrar mais soluções para estas situações mais difíceis. No que diz respeito à falta de meios, informou que há equipamentos para actuar em situação de acidente,

lembrando que a Câmara Municipal já tinha comparticipado na reparação da auto-escada. ----------

---------- **INFORMAÇÕES** ----------

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Do ofício da Polícia de Segurança Pública remetendo a participação com o registo n.º 813/2009, relativa a uma reclamação de um munícipe por trabalhos realizados na via pública, na freguesia de Creixomil; **2** – Disse que a Câmara Municipal de Guimarães irá proceder a uma acção de sensibilização junto dos autarcas do concelho em defesa do património natural, no sentido de que sejam prudentes no abate de árvores, na sequência dos casos verificados recentemente nas freguesias de Ronfe, Vermil e Gondar; **3** – De um pedido de um munícipe residente na freguesia de Sande S. Lourenço solicitando a poda de várias Tílias de grande porte existentes na sua zona habitacional; **4** – Da candidatura apresentada ao Instituto Habitacional de Reabilitação Urbana (IHRU); **5** – De uma informação relativa ao Projecto Mobi-Guimarães a candidatar ao QREN no Eixo prioritário IX "Acções Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano – Acessibilidades e Mobilidade", tendo como objectivo desenvolver em Guimarães um projecto inovador na mobilidade do transporte individual partilhado; **6** – De uma informação do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico dando conhecimento que o projecto de execução da requalificação do conjunto de arruamentos urbanos constituído por Rua de Camões, Travessa de Camões, Rua Bento Cardoso e Rua da Liberdade encontra-se concluído; **7** – Do ofício do Ministério das Finanças e da Administração Pública dando conhecimento da designação da Inspectora de Finanças Directora (Inspecção-Geral de Finanças), Dr.ª Cristina Maria Augusto Ribeiro, como membro do Conselho Fiscal da Fundação Martins Sarmento; **8** – De uma

informação do Serviço Municipal de Protecção Civil relativa à vistoria técnica ao prédio situado na Travessa de Camões, nº 7, na sequência do incêndio ocorrido no passado dia 31 de Março; **9** – Do ofício do Chefe de Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local dando resposta ao ofício enviado pela Câmara Municipal relativo a declarações feitas sobre as inspecções e auditorias realizadas ao Município de Guimarães; **10** – Disse que o Senhor Presidente da República aceitou o convite feito pela Câmara Municipal para presidir à sessão solene do 24 de Junho, conferindo, assim, uma dimensão nacional às comemorações dos 900 anos de D. Afonso Henriques; **11 -** Da realização da próxima reunião ordinária da Câmara Municipal no dia 23 de Abril de 2009, à hora e local habituais, em virtude dos feriados de Páscoa, considerando-se todos os membros do Órgão Executivo presentes devidamente convocados. ---------

---------- **ORDEM DO DIA** ----------

---------- **INFORMAÇÕES** ----------

1 – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 23 de Março de 2009, que concordou com a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "O Município é proprietário dos prédios abaixo identificados, destinados ao funcionamento de escolas EB 1, circunscritas na área deste concelho: Prédio urbano sito na Rua D. Maria da Conceição (antigo lugar do Monte), da freguesia de Arosa, com a área total de 1.030,00 m², inscrito na respectiva matriz predial urbana sob o artigo 348º, não descrito na Conservatória do Registo Predial, conforme certidão emitida em 16 de Março de 2009, destinado a escola EB1 da referida freguesia, com o valor patrimonial de €134.840,00, determinado nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI); Prédio urbano sito no lugar do Monte, da freguesia de Guardizela, com a área total de 3.000,00 m², inscrito na respectiva matriz predial urbana sob o artigo 1400º, não

descrito na Conservatória do Registo Predial, conforme certidão emitida por aquela entidade em 16 de Março de 2009, destinado a escola EB1 da citada freguesia, com o valor patrimonial de €261.950,00, determinado nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI). Sucede que, apesar da inexistência de documento legal que comprove a propriedade dos identificados edifícios, desde tempos imemoriais tais prédios têm sido refutados por toda a gente como pertencentes ao Município de Guimarães, que, através dos seus órgãos representativos, há mais de 50 anos, têm estado na sua posse, com conhecimento e à vista de todos, sem qualquer oposição e ininterruptamente, agindo por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, quer usufruindo, como tal, o imóvel, quer suportando os respectivos encargos. Deste modo, caso seja aceite superiormente, deverá o Município proceder à aquisição dos mencionados imóveis por usucapião, devido à impossibilidade de comprovar o seu direito de propriedade pelos meios normais, não dispondo de título formal que lhe permita efectuar os respectivos registos na Conservatória do Registo Predial. À consideração superior"; **2 -** Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 25 de Março de 2009, que concordou com a aquisição da parcela de terreno n.º 1, com a área de 2.135,00 m^2, necessária à construção da Nova Feira Semanal, pelo valor de €166.515,46 (cento e sessenta e seis mil quinhentos e quinze euros e quarenta e seis cêntimos); **3 -** Do ofício do Fiscal Único da Empresa CASFIG – Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações Sociais de Guimarães, remetendo parecer sobre a informação financeira correspondente ao segundo semestre de 2008, nos termos dos art.ºs 34.º e 28.º, alínea e) da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas; **4 –** Dos ofícios da Assembleia Municipal números 72 a 74 que comunicam a

aprovação, em sessão extraordinária realizada no passado dia 20 de Março, das seguintes propostas: **a) –** "Capital Europeia da Cultura 2012 – Criação de Entidade Empresarial Municipal"; **b) –** "Regulamento Municipal de Funcionamento e Gestão de Refeitórios Escolares dos Estabelecimentos de Educação Pré-escolar e Ensino Básico"; **c) –** Adesão à ADDICT – Agência para o Desenvolvimento das Indústrias Criativas"; **5 –** Do ofício da VIMÁGUA, E.I.M. SA remetendo, para conhecimento, o Relatório e Contas de 2008, aprovado em Assembleia Geral da Vimágua de 30 de Março, Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Fiscal Único, que se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. ----------

---------- **DELIBERAÇÕES** ----------

CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2009. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE,** tendo sido dispensada a leitura da acta por esta ter sido entregue a todos os membros do órgão executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. ----------

PATRIMÓNIO – AQUISIÇÃO AMIGÁVEL DE TERRENO NECESSÁRIO À CONSTRUÇÃO DO NOVO CENTRO ESCOLAR DE URGEZES – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "A Câmara Municipal de Guimarães encetou contactos com todos os proprietários do terreno situado na zona definida pelo projecto de execução do Novo Centro Escolar de Urgezes, no sentido de adquirir amigavelmente a parcela de terreno necessária à prossecução daquele fim. Os vários comproprietários da referida parcela, aceitaram, numa segunda contraproposta, o valor de €518.000,00, pela venda amigável de parte do seu prédio, com a área aproximada de 21.320 m^2. A perita da lista oficial, considerou, aquando da análise da primeira

contraproposta, que o valor máximo admissível para esta parcela seria de €518.767,34, pelo que o montante agora peticionado tem enquadramento possível no âmbito da negociação amigável. De acordo com os elementos que nos foram fornecidos pelos interessados, a parcela necessária ao Novo Centro Escolar será desanexada do prédio inscrito na 2ª. Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o n.º 01.259/Urgezes e do inscrito na respectiva matriz rústica sob o artigo 139º, a confrontar do Norte e Nascente com terreno sobrante, do Sul com caminho público e do Poente com caminho público e Escola EB 2,3 Gil Vicente. Nestes termos, deverá ser superiormente decidido propor que a Câmara Municipal delibere, nos termos da alínea a), n.º 6, do art. 64º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a aquisição da parcela acima identificada, à Srª. D. Maria Arminda Fernandes Guimarães Coelho e outros, pelo preço total de €518.000,00 (quinhentos e dezoito mil euros), ao abrigo do disposto no artigo 11º do Código das Expropriações. À consideração superior". **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** ----------

PESSOAL – MAPA DE PESSOAL – ALTERAÇÃO – Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Gestão e Recursos Humanos: "Para cumprimento do despacho do Senhor Vereador de Pessoal, datado de 26 de Março de 2009 e nos termos do n.º3, do art. 5º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, informo da necessidade de criação de novos postos de trabalho propostos pelos diferentes serviços que implicam alteração do mapa de pessoal, bem como dos custos inerentes às referidas alterações: **I. DIVISÃO CULTURA E DESPORTO/EDUCAÇÃO –** O Decreto-lei nº 144/2008, de 28 de Julho, que estabelece o novo quadro

de transferência de atribuições e competências para os municípios em matéria de educação, determina que esta transferência depende da existência de carta educativa e da celebração de contratos de execução entre o Ministério da Educação e cada um dos municípios. Tais contratos têm por objectivo a identificação das condições em concreto que, nos diversos domínios em causa, asseguram o efectivo exercício das atribuições e competências, agora transferidas, por parte de cada município. Assim, dando cumprimento ao referido diploma, em especial ao determinado no seu artigo 12º, entre o Ministério da Educação, representado pela Ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, e o Município de Guimarães, representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, António Magalhães da Silva, foi subscrito e reciprocamente aceite o presente contrato de execução, o qual se rege por clausulas, sendo que a Clausula 2ª se refere à "Gestão do pessoal não docente": 1 – O pessoal não docente é transferido, a partir da data da assinatura do presente contrato, para o Município, que assumirá a competência da respectiva gestão. 2 – Estas listagens têm em conta a situação profissional de cada trabalhador, o rácio definido na Portaria a que se refere o nº 3 do artigo 4º do Decreto-lei nº 144/2008, de 28 de Julho, para o ensino básico, bem como as necessidades relativas à educação pré-escolar e às actividades de enriquecimento curricular promovidas pelo Município. 3 – Sem prejuízo do disposto no Decreto-lei nº 75/2008, de 22 de Abril, que aprovou o novo regime de autonomia, administração e gestão das escolas, relativamente a esse pessoal a Câmara Municipal passa a exercer as competências de recrutamento, afectação, colocação, remuneração, homologação da avaliação de desempenho, poder disciplinar para aplicação de pena superior a multa e decisão de recurso hierárquico. 4 – A partir de 1 de Janeiro de 2009, o Ministério da Educação transfere para o Município o montante relativo

aos vencimentos base e encargos sociais dos funcionários constantes da listagem em anexo, através das dotações inscritas no seu orçamento para pagamento dos encargos globais com aquele pessoal. 5 – Os encargos sociais referidos na cláusula anterior incluem, designadamente, os encargos com a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social. Este Contrato de Execução, pressupunha que os 503 trabalhadores se encontravam no exercício efectivo de funções, situação que à data actual não se verifica devido a trabalhadores que: a) se aposentaram; b) se encontram a aguardar aposentação; c) doença prolongada; d) junta médica; e) por força de procedimento concursal foram desempenhar funções para outros concelhos; f) licença sem vencimento de longa duração. Com base na informação prestada pelos Serviços de Educação *(anexo 1)* e tendo em vista a necessidade de assegurar o normal funcionamento das escolas dos 13 Agrupamentos que constam do contrato de execução, considerando o rácio calculado nos termos da Portaria n.º1049-A/2008, de 16/09, é necessário proceder a uma alteração ao mapa de pessoal, nos seguintes termos: 1 - recrutamento de mais 105 assistentes operacionais (sendo 45 para recrutamento pela primeira vez e 60 para recrutamento a título permanente de trabalhadores, cujos postos se encontram ocupados por trabalhadores em regime de contrato a termo resolutivo certo); 2 - recrutamento de mais 21 assistentes técnicos (sendo 6 para recrutamento pela primeira vez e 15 para recrutamento a título permanente de trabalhadores, cujos postos se encontram ocupados por trabalhadores em regime de contrato a termo resolutivo certo); Atendendo ao exposto e considerando que os custos com os postos de trabalho ocupados em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo já estão previstos no orçamento para 2009, é necessário prever o acréscimo do valor correspondente aos custos com 51 novos trabalhadores, cuja distribuição

por rubricas consta no Quadro I, que se junta. **II. DIVISÃO GABINETE TÉCNICO LOCAL –** Considerando que se verificaram em diversos serviços do Município, as alterações absolutamente inesperadas e imprevisíveis, relativamente às previsões feitas em finais do ano 2008 a nível da organização e planeamento de actividade, urge agora proceder à alteração do mapa de pessoal, nomeadamente prevendo um posto de trabalho para cargo dirigente da Divisão do Gabinete Técnico Local. Os custos com a ocupação do posto de trabalho constam do Quadro II, que se junta. **III. DEPARTAMENTO PROJECTOS E PLANEAMENTO URBANÍSTICO –** O Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico, na sua informação datada de 25 de Março de 2009 *(anexo 2),* informa que resultado de um continuado processo de (re)qualificação do seu território, ora materializado em acções de reabilitação e regeneração urbana, ora nos domínios do planeamento urbano e construção de edificações, o Município de Guimarães regista progressivamente uma crescente actividade e responsabilidade dos seus serviços técnico ao nível do planeamento e projecto. Assim, perante o quadro de trabalho hoje existente e perspectivado, e para que seja possível continuar a responder de forma sistemática e consolidada nos termos e características até hoje verificados (e em função das exigências que os desafios apresentados à cidade vão obrigar) entende-se que o Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico necessita de reforçar o seu quadro técnico a tempo inteiro nos campos da arquitectura e da engenharia, com 4 técnicos superiores na área da arquitectura e um técnico superior na área de engenharia civil. Os custos com a ocupação dos postos de trabalho constam do Quadro III, que se junta. **IV. DEPARTAMENTO FINANCEIRO –** O Departamento Financeiro, na sua informação de 24 de Março de 2009 *(anexo 3),* informa que tem vindo a

deparar-se com graves dificuldades ao nível do número de funcionários, quer devido à implementação de novas metodologias de trabalho inerentes à implementação do sistema de gestão de qualidade, quer em virtude do acréscimo de tarefas ao nível da classificação contabilística e tratamento da informação e ainda devido ao acréscimo de novas candidaturas ao QREN. Solicita por isso o reforço da equipa de trabalho com dois técnicos superiores das áreas de Administração Pública e um técnico superior da área de Economia. Os custos com a ocupação dos postos de trabalho constam do Quadro IV, que se junta. **V. ARQUIVO –** No orçamento aprovado para o ano 2009 constata-se que não foi considerada, por lapso, a rubrica 0802.01.03.01, relativa a encargos com saúde. Deve, por isso, ser criada a rubrica com o montante de 5.000€. À consideração superior". As referidas informações dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Absteve-se a Vereadora Ana Amélia Guimarães. ----------

PROTOCOLOS – PROTOCOLO ENTRE A AMAVE E O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – Presente a seguinte informação: "Tendo em consideração o aviso de abertura de concurso para a apresentação de candidaturas à Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados (REGAEPC), do Programa Operacional da Região Norte 2007-2013, a AMAVE formalizou a sua candidatura com o projecto "NATURAVE – Gestão Activa de Espaços Naturais e Classificados do AVE". O NATURAVE – Gestão activa dos espaços naturais e classificados do Ave, propõe uma série de acções no sentido da criação de novas formas de gestão e valorização dos espaços naturais e classificados para a NUT III Ave. Pretende-se desenvolver o projecto NATURAVE um projecto que permita um actualizado diagnóstico sobre as áreas que

integram a Rede Fundamental de Conservação da Natureza (RFCN) do Ave, através de uma matriz de indicadores. O investimento elegível candidatado foi de 2 093 857,81€, sendo a taxa de comparticipação de 75% (1 570 393,36€). O Município de Guimarães assume a despesa de 275 000,00€ (Centro de Interpretação Ambiental para a Natureza e Biodiversidade) e 250 000,00€ são executados pela AMAVE (Estudo de valorização das áreas protegidas e classificadas do Ave; Integração dos dados ambientais em ambiente SIG; Aquisição de Equipamento de apoio à Gestão e monitorização do território; Acções de sensibilização da população para o conhecimento, preservação e usufruto dos espaços naturais e classificados do Ave) sendo a contrapartida nacional suportada por todos os municípios conforme a distribuição do FEF. A AMAVE como coordenadora global do projecto, dirigiu o convite, ao Município para formalizar a parceria no projecto acima mencionado. Devido à premência do cumprimento dos prazos para a submissão da candidatura (16/03/2009), o protocolo de parceria entre a AMAVE e o Município de Guimarães foi assinado em 12 de Março de 2009. Face ao exposto, o protocolo deverá ser submetido a reunião para ratificação. À consideração superior". O referido Protocolo dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** ----------

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – Presente uma informação da Divisão de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar, nos termos da alínea b) do artigo 17º do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----------

SUBSÍDIO MUNICIPAL AO ARRENDAMENTO – PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE 71 CANDIDATURAS – Presente um ofício da Entidade Empresarial CASFIG, EEM submetendo à apreciação e votação da Câmara Municipal uma proposta de aprovação de 71 candidaturas ao Subsídio Municipal ao Arrendamento, aprovada no respectivo Conselho de Administração em reunião realizada no passado dia 26 de Março, no âmbito das competências delegadas pela Câmara Municipal nesta empresa. A referida proposta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----------

CASFIG, EEM (COORDENAÇÃO DE ÂMBITO SOCIAL E FINANCEIRO DAS HABITAÇÕES SOCIAIS DE GUIMARÃES) – ATRIBUIÇÃO DE 4 HABITAÇÕES VAGAS POR RESCISÃO DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO – Presente um ofício da Entidade Empresarial CASFIG, EEM, submetendo à apreciação e votação da Câmara Municipal uma proposta para atribuição de 4 habitações vagas por rescisão de contrato de arrendamento, aprovada no Conselho de Administração em reunião de 26 de Março de 2009. A referida proposta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----------

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS SANTOS SIMÕES – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 13 de Março de 2009, que disponibilizou o transporte, em autocarro, de 25 alunos ao Palácio Vila Flor, no passado dia 6 de Março. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** ----------

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS DE ABAÇÃO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente para

ratificação o despacho do Presidente da câmara, datado de 13 de Março de 2009, que disponibilizou o transporte, em autocarro, dos alunos da EB1/JI S. Faustino à Montanha da Penha, no passado dia 16 de Março. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** ----------

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS D. AFONSO HENRIQUES – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 16 de Março de 2009, que disponibilizou o transporte, em autocarro, dos alunos das EB1 de Candoso S. Tiago, Mascotelos e Teixugueira – Silvares à Sede do Agrupamento, no passado dia 17 de Março. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** ----------

TRANSPORTES – ESCOLA SECUNDÁRIA MARTINS SARMENTO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 16 de Março de 2009, que disponibilizou o transporte, em autocarro, dos alunos à Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos da AMAVE, no passado dia 17 de Março. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -

TRANSPORTES – JUNTA DE FREGUESIA DE INFANTAS – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 20 de Março de 2009, que disponibilizou, à Junta de Freguesia de Infantas, o transporte, em autocarro, dos idosos residentes na freguesia para um almoço convívio, no passado dia 22 de Março. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** ----------

TRANSPORTES – ESCOLA SECUNDÁRIA FRANCISCO DE HOLANDA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 13 de Março de 2009, que disponibilizou o transporte, em autocarro, dos alunos do 3.º e

4.º ano das EB1 S. Roque, Oliveira do castelo e Fermentões ao Museu Alberto Sampaio, a fim de visitarem uma exposição denominada "Dentro de Ti – O Corpo Humano em Miúdos", organizada por alunos da Escola Secundária Francisco de Holanda, no âmbito da disciplina da Área de projecto, no passado dia 24 de Março. **DLIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** ----------

TRANSPORTES – ESCOLA EB1/JI TEIXUGUEIRA – SILVARES – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 18 de Março de 2009, que disponibilizou o transporte, em autocarro, de 27 alunos da Escola EB1/JI Teixugueira – Silvares, à Sede do Agrupamento, no passado dia 26 de Março. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** --------

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS D. AFONSO HENRIQUES – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 23 de Março de 2009, que disponibilizou, ao Agrupamento Vertical de Escolas D. Afonso Henriques, o transporte, em autocarro, dos alunos da EB1 Candoso Santiago à Sede do Agrupamento, no passado dia 26 de Março. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** --------

TRANSPORTES – ESCOLA EB1/JI MASCOTELOS – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 13 de Março de 2009, que disponibilizou o transporte, em autocarro, de um grupo de 18 alunos à Escola EB 2,3 D. Afonso Henriques, no passado dia 26 de Março. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** ----------

TRANSPORTES – ESCOLA EB1/JI MASCOTELOS – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 18 de Março de 2009, que

disponibilizou o transporte, em autocarro, de 25 alunos da Escola EB1/JI de Mascotelos à Estação de Tratamento de Águas da Vimágua, no dia 30 de Março de 2009. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** ----------

TRANSPORTES – EB1 SELHO S. LOURENÇO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 23 de Março de 2009, que disponibilizou, à Escola EB1 de Selho S. Lourenço o transporte, em autocarro, das crianças que frequentam o ATL ao Espaço Internet sito no Centro Cultural Vila Flor, nos dias 1 e 8 de Abril de 2009. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** ----------

TRANSPORTES – EB1 SELHO S. LOURENÇO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 26 de Março de 2009, que disponibilizou, à Escola EB1 de Selho S. Lourenço o transporte, em autocarro, das crianças que frequentam o ATL ao *GuimarãeShopping* e ao Parque da Cidade, no próximo dia 6 de Abril. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** ----------

TRANSPORTES – CENTRO SOCIAL DE NESPEREIRA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 23 de Março de 2009, que disponibilizou, ao Centro Social de Nespereira, o transporte, em autocarro, de 59 crianças à Biblioteca Municipal Raúl Brandão, no dia 2 de Abril de 2009. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** ----------

TRANSPORTES – SOCIEDADE MARTINS SARMENTO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 23 de Março de 2009, que disponibilizou o transporte, em autocarro, de 20 crianças ao Moinho Solar

da Ponte em Briteiros, no âmbito das comemorações do Dia Internacional dos Moinhos, no próximo doa 7 de Abril. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** ----------

TRANSPORTES – FRATERNA – CENTRO COMUNITÁRIO DE SOLIDARIEDADE E INTEGRAÇÃO SOCIAL – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 23 de Março de 2009, que disponibilizou o transporte, em autocarro, de jovens residentes nos Bairros de Gondar e Atouguia, para participação num acampamento a realizar em Lamego, nos dias 30 de Março, 1 e 8 de Abril. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** ----------

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PROFESSOR ABEL SALAZAR – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: "O Agrupamento de Escola professor Abel Salazar solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte de 17 crianças da EB1 de Roupeire – Airão S. João à EB1/JI de Poças – Airão Santa Maria, no próximo dia 14 de Abril. Considerando que se trata de uma actividades de relevante interesse pedagógico, que conta com a presença do escritor José Fanha e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – ESCOLA EB1/JI S. FAUSTINO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: "A Escola EB1/JI S. Faustino solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte de 47 crianças ao Mercado Municipal

e Parque da Cidade, no próximo dia 23 de Abril. Considerando que se trata de uma deslocação de relevante interesse pedagógico e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação de executivo camarário o transporte solicitado". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----------

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS DAS TAIPAS – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: "O Agrupamento Vertical de Escolas das Taipas vai receber, no âmbito do projecto Comenius Parcerias Multilaterais, a visita de uma delegação de docentes de uma escola de Itália (Vimercate-Milo) e de uma escola da Turquia (Trk Hava Kurumu Gaz Lkretm). Para tal, solicita a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para o transporte das delegações, no dia 27 de Abril. Assim, considerando que no programa inclui visitas pelos locais de maior interesse turístico e cultural e que se trata de uma oportunidade de divulgação do nosso concelho e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PROFESSOR JOÃO DE MEIRA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte informação dos serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: "O Agrupamento de Escolas Professor João de Meira solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte de 40 alunos da EB1 de S. Roque a uma empresa industrial, no próximo doa 3 de Junho. Considerando que se trata de uma deslocação de relevante interesse pedagógico e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas em causa,

submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----------

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE INFANTAS – APOIO À CONSTRUÇÃO DO RINGUE DESPORTIVO DE INFANTAS – Presente a seguinte proposta: "A Junta de Freguesia de Infantas pretende instalar no Parque Desportivo da freguesia um ringue, e solicitou apoio com o fornecimento dos materiais de construção necessários, assumindo a Junta os custos da mão-de-obra. De acordo com orçamento elaborado pelo Departamento de Obras Municipais, o custo dos referidos materiais eleva-se a €8.367,30 (oito mil trezentos e sessenta e sete euros e trinta cêntimos). Considerando o interesse para a prática desportiva da freguesia da instalação proposta, proponho que seja concedido um subsídio no valor atrás indicado, como apoio à construção do Ringue Desportivo, à Junta de Freguesia de Infantas, ao abrigo do disposto na alínea a) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----------

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE RENDUFE – CONCLUSÃO DA SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA – Presente a seguinte proposta: "A Junta de Freguesia de Rendufe pretende concluir o seu edifício sede, de forma a melhor instalar os serviços daquela autarquia e responder a actividades de apoio social. Para esse efeito solicitou apoio para suportar o custo da elaboração do projecto orçado em €12.960,00 (doze mil novecentos e sessenta euros). Considerando o interesse para a freguesia da instalação proposta, proponho que seja concedido um subsídio no valor atrás indicado, à Junta de Freguesia de Rendufe, ao abrigo do disposto na alínea a) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de

Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro". A despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----------

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE GONÇA – INSTALAÇÃO DO RAMAL DE SANEAMENTO – Presente a seguinte proposta: "A Junta de Freguesia de Gonça solicitou apoio para a instalação do ramal de ligação da sua sede à rede pública de saneamento. Considerando a prática anterior com outras Juntas de Freguesias, proponho que seja concedido um subsídio de €241,95 (duzentos e quarenta e um euros e noventa e cinco cêntimos) correspondente a 50% do valor a pagar pela instalação, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Os vereadores eleitos nas listas do PSD votaram favoravelmente este ponto da ordem de trabalhos apesar de continuarem a acreditar que o incremento das ligações às redes de água e saneamento no concelho de Guimarães deve ser feito de forma transversal e sustentada e não casual e pontualmente. Os preços envolvidos são uma vez mais claramente elevados; que dizer então das famílias que passam por esta situação…Continuamos e continuaremos a defender uma verdadeira campanha de sensibilização das populações e, de forma concomitante, a redução em 50% dos custos de ligação às redes de água e saneamento, como foi por nós proposto em 10 de Outubro de 2002 e chumbado pelos vereadores eleitos nas listas do PS". ----------

SUBSÍDIOS – FUNDAÇÃO MARTINS SARMENTO – DOTAÇÃO FINANCEIRA PARA O ANO DE 2009 – Presente a seguinte proposta: "De acordo com o disposto na alínea b) da cláusula sexta do protocolo aprovado pela Câmara Municipal de Guimarães em 8 de Fevereiro de 2007, o subsídio anual destinado ao funcionamento da Fundação Martins Sarmento deverá ser fixado até 31 de Março e corresponder ao montante atribuído pelo Estado. Tendo o Ministério da Cultura informado ter fixado tal montante em €60.000,00, cumpre-me propor, ao abrigo da referido protocolo, a atribuição, à Fundação Martins Sarmento, de um subsídio de €60.000,00 (sessenta mil euros), a pagar em dez prestações de seis mil euros cada, de Março a Dezembro do corrente ano". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 31 a 35 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas

nº6/2003 ter considerado como "pouco fiável" o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios". ----------

A Vereadora Ana Amélia Guimarães apresentou a seguinte **declaração de voto:** "Votamos favoravelmente e com reconhecimento este ponto, não sem antes manifestar a nossa indignação pela forma inaceitável como o Ministério da Cultura se tem comportado com a Sociedade Martins Sarmento, não honrando os compromissos assumidos há mais de uma ano aquando da criação da Fundação. O Governo do país, através do Ministério da Cultura, tem votado esta instituição a uma situação de inadmissível penúria, consumindo energias e adiando projectos. Esta atitude torna-se ainda mais inaceitável e incompreensível numa altura em que Guimarães é proposta a CEC 2012 e quando, por todos, se reconhece o papel incontornável da instituição Martins Sarmento nesse desígnio. Mais que total solidariedade, solicitamos à Câmara, que tem cumprido a sua parte do acordo, que exija claramente do Governo e do seu Ministério da Cultura o cumprimento imediato e integral dos compromissos assumidos". ----------

SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES LOCAIS – FEIRA DA TERRA 2009 – Presente a seguinte proposta: "A Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais vai realizar na Vila de S. Torcato a 15ª edição da "Feira da Terra", um evento com elevado sucesso de participação e promoção de produtos locais, relevante para a visibilidade da comunidade rural e sua interacção com a população urbana. Considerando que o apoio municipal é fundamental para a qualidade do certame, e o exemplo seguido nas anos anteriores, proponho que seja concedido um subsídio de €4.000,00 (quatro mil euros) e o apoio logístico habitual à referida Associação, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei

169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 31 a 35 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como "pouco fiável" o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios". ----------

SUBSÍDIOS – CASA DO POVO DE FERMENTÕES – CENTRO DE DIA – Presente a seguinte proposta: "A Casa do Povo de Fermentões vai construir um novo Centro de Dia, equipamento apoiado pelo programa PARES II. Para o licenciamento do seu processo de construção terá de pagar taxas no montante de €6.089,87. Considerando o interesse social do empreendimento e os apoios concedidos a outras instituições que têm em curso projectos com finalidades semelhantes, proponho que seja concedida à Casa do Povo de Fermentões um subsídio no valor de

€3.045,00 (três mil e quarenta e cinco euros), correspondente a 50% do valor das taxas a pagar, ao abrigo do disposto na alínea a) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 31 a 35 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como "pouco fiável" o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios". ----------

SUBSÍDIOS – MORÁVIA – ASSOCIAÇÃO JUVENIL DE MOREIRA DE CÓNEGOS – TAÇA DE PORTUGAL BTT CROSS COUNTRY – Presente a seguinte proposta: "A Morávia – Associação Juvenil de Moreira de Cónegos vai realizar nos dias 20 e 21 de Junho uma prova da modalidade de BTT designada Taça de Portugal BTT Cross Country. A prova inclui o calendário da Federação Portuguesa de

Ciclismo, terá a participação de equipas de todo o País e de Espanha, e ampla cobertura televisiva. Para a sua realização, a associação promotora solicitou o apoio da Câmara Municipal. Considerando o interesse desportivo, a descentralização concelhia, o exemplo seguido em realizações anteriores, as responsabilidades assumidas perante a entidade de tutela da modalidade, e a divulgação que terá de uma área do concelho menos conhecida, proponho que seja concedido o apoio de €2.000,00 (dois mil euros) à associação promotora, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 31 a 35 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como "pouco fiável" o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios". ----------

SUBSÍDIOS – FEDERAÇÃO DO FOLCLORE PORTUGUÊS –

CONGRESSO DA JUVENTUDE – Presente a seguinte proposta: "A Federação do Folclore Português marcou para Guimarães, para 28 e 29 de Novembro, a realização do seu V Congresso Nacional da Juventude que congregará mais de mil participantes de jovens folcloristas de Portugal continental, regiões autónomas, e comunidades portuguesas, tendo solicitado apoio à Câmara para esta realização. Considerando a importância que tem no concelho a actividade dos grupos folclóricos, a grande presença da juventude nesta intervenção cultural, os objectivos do Congresso que visa a salvaguarda do Património Imaterial e Etnográfico, proponho que a Câmara assuma as despesas da estadia dos membros da Comissão Executiva e Palestrantes, e seja cedido o Pavilhão de aquecimento do Multiusos e o equipamento logístico necessário para a realização do Congresso, no valor de €2.875,00 (dois mil oitocentos e setenta e cinco euros), ao abrigo do disposto na alínea b), do nº 4, do art. 64º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 31 a 35 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas

candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº6/2003 ter considerado como "pouco fiável" o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios". ----------

SUBSÍDIOS – "PARLAMENTO JOVEM EUROPEU" – ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIO – Presente a seguinte proposta: "No próximo dia 18 de Abril decorrerá em Guimarães a primeira sessão do "Parlamento Jovem Europeu", associação constituída pelas cidades de Guimarães, Igualada, Tacoronte, Kaiserslautern, e Compiègne. Nos termos dos estatutos e do regulamento interno da associação compete ao Município anfitrião, a atribuição do prémio referente à edição de cada ano. Para a sua concretização, proponho que seja votado o valor de €1.000,00 (mil euros) como prémio a atribuir, de acordo com a verba considerada no plano e orçamento do corrente ano". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----------

SUBSÍDIOS – LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO – "UM DIA PELA VIDA" – Presente a seguinte proposta: " A Liga Portuguesa Contra o Cancro está a promover uma iniciativa na nossa cidade, denominada "Um Dia Pela Vida", com o objectivo de divulgar a mensagem de que é possível vencer a doença, que decorre desde 28 de Março até 4 de Julho. Para a sua realização solicitou o apoio da Câmara para as despesas de elaboração e impressão de faixas e outdoors a colocar em vários pontos da cidade. Considerando o interesse social da iniciativa, e a importância da parceria nestas realizações entre as organizações promotoras e as instituições locais, proponho que seja ratificada a autorização concedida para que a Câmara Municipal assuma os custos da

impressão de duas lonas e de 500 cartazes de divulgação da iniciativa, no valor estimado de €270,00 (duzentos e setenta euros), ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----------

SUBSÍDIOS – TORNEIO INTER-TURMAS DA ESCOLA SECUNDÁRIA MARTINS SARMENTO – Presente a seguinte proposta: "A Escola Secundária Martins Sarmento vai organizar dois torneios inter turmas nas modalidades de Basquetebol e Andebol e solicitou apoio para a oferta de prémios de participação e classificação. Considerando o interesse desportivo dos torneios, proponho que seja concedida a oferta de oito troféus pertencentes ao espólio municipal e sessenta e duas medalhas, cuja aquisição está orçada em €120,00 (cento e vinte euros), ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ------

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE GÉMEOS – FESTA DE NATAL – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 10 de Março de 2009, que concedeu, à Junta de Freguesia de Gémeos, um subsídio no valor de €74,08 (setenta e quatro euros e oito cêntimos), correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa de Natal, realizada entre os passados dias 15 de Dezembro de 2008 e 6 de Janeiro de 2009. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira que apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Os vereadores eleitos nas listas PSD

votaram contra os pontos 39 a 43 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 22 de Janeiro de 2009 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM". ----------

SUBSÍDIOS – FREGUESIA DE CANDOSO S. MARTINHO – FESTA EM HONRA DE S. MARTINHO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 20 de Março de 2009, que concedeu, à Junta de Freguesia de Candoso S. Martinho um subsídio no valor de €103,33 (cento e três euros e trinta e três cêntimos), correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa em Honra de S. Martinho, realizada nos dias 14 e 15 de Novembro de 2008. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira que apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 39 a 43 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez

mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 22 de Janeiro de 2009 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM". ----------

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE BRITEIROS S. SALVADOR – FESTA DE NOSSA SENHORA DA BOA MORTE – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Briteiros S. Salvador solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa de Nossa Senhora da Boa Morte, que se realizam entre os dias 23 e 29 de Março. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €282,67 pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Briteiros S. Salvador, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa em de Nossa Senhora da Boa Morte, num máximo de €141,34 (cento e quarenta e um euros e trinta e quatro cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira que apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 39 a 43 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de

energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 22 de Janeiro de 2009 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM". ----------

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE POLVOREIRA – FESTA EM HONRA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente um ofício da Confraria de Nossa Senhora do Rosário solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de Nossa Senhora do Rosário, que se realizam entre os próximos dias 21 e 24 de Maio. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €23,57 pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Polvoreira, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa em Honra de Nossa Senhora do Rosário, num máximo de €11,79 (onze euros e setenta e nove cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira que apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 39 a 43 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O corte de 50% no

apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 22 de Janeiro de 2009 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM". ----------

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE LORDELO – FESTA EM HONRA DE S. TIAGO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente um ofício da Comissão de Festas de S. Tiago de Lordelo solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de S. Tiago, que se realiza entre os próximos dias 24 e 26 de Julho. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €151,07 pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Lordelo, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa em Honra de S. Tiago, num máximo de €75,54 (setenta e cinco euros e cinquenta e quatro cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira que apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra os pontos 39 a 43 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - O

corte de 50% no apoio da Câmara Municipal (CM) aos consumo de energia eléctrica das festas a promover pelas freguesias traduz-se num corte cego que, uma vez mais, discrimina negativamente as freguesias do concelho; 2 - Tal posição política destina-se a asfixiar ainda mais as freguesias e as pequenas colectividades, sob a capa de um rigor que o PS não pratica noutros eventos; 3 - Exemplo disso mesmo, é a circunstância de nesta reunião de 22 de Janeiro de 2009 terem sido transferidos 3.000.000 € para a régie-cooperativa Oficina que organizará neste ano as Festas da Cidade, sendo certo que a mesma régie-cooperativa não pagará um tostão pelo consumo de energia eléctrica das referidas festas, que continuará a ser integralmente suportado pela CM". ----------

CÂMARA MUNICIPAL – REVISÃO ORÇAMENTAL – Presente, para aprovação pela Assembleia Municipal, uma revisão orçamental, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira. Absteve-se a Vereadora Ana Amélia Guimarães. ----------

CÂMARA MUNICIPAL – RELATÓRIO E CONTAS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES RESPEITANTE AO ANO DE 2008 – Presente, para ulterior apreciação e votação pela Assembleia Municipal, a proposta respeitante ao **RELATÓRIO E CONTAS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – ANO DE 2008**. Os documentos respeitantes ao Relatório e Contas referidos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira e

absteve-se a Vereadora Ana Amélia Guimarães, tendo o Presidente da Câmara usado o voto de qualidade após se ter verificado empate na repetição da votação. ----------

Os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "O Relatório e Contas de 2008 será o último que iremos discutir no presente mandato autárquico. Neste sentido poderemos considerá-lo o relatório do mandato. Daí a necessidade de relembrar os três pilares com que o PSD se apresentou às últimas eleições autárquicas. Relembro o enquadramento, e as propostas do nosso primeiro pilar "O Emprego". *"A região do Ave, na qual se inclui o nosso concelho, assentou o seu desenvolvimento na indústria têxtil. Actualmente assiste-se a uma revolução industrial tecnológica que, aliada à globalização, alterou substancialmente as relações de produção bem como as regras comerciais. As máquinas tendem a substituir os homens e as empresas tradicionais deslocalizam-se para mercados de mão de obra barata. O efeito no tecido industrial do nosso concelho é visível. O número de empresas em situação de falência é já significativo. O número de cidadãos activos inscritos no centro de emprego aproxima-se dos 11000. Temos receio que no curto prazo o concelho de Guimarães venha a viver uma situação de depressão económica prolongada, contra a qual temos obrigação de definir caminhos políticos alternativos que mobilizem as forças activas do nosso concelho e a população em geral. Uma aposta no turismo e serviços é um caminho pois, como diz o povo, não devemos por todos os ovos no mesmo cesto. No entanto, a indústria como base de desenvolvimento do nosso concelho ainda é possível e necessária. Os nossos principais activos serão a capacidade de risco que sempre demonstrámos e a juventude da população. Se tivermos condições de dar uma formação profissional de base tecnológica aos nossos jovens para que se adaptem às novas necessidades da indústria e se implementarmos uma política de desenvolvimento concelhia que nos torne atractivos ao investimento, de certeza que ultrapassaremos a actual crise. A capacidade de risco e de*

trabalho ainda cá estão. A Câmara Municipal terá que ter um papel activo no desenvolvimento económico do concelho acompanhando de perto o evoluir da actual crise e contribuindo com politicas que fomentem o emprego e formação profissional. Diria mesmo, se este é o maior problema social do concelho terá que ser a primeira preocupação do executivo camarário. Neste sentido, publicitámos durante o mês de Maio [2004] e seguintes as propostas politicas que pretendemos implementar na Câmara Municipal, e pusemo-las à discussão pública através de reuniões com diversas entidades que as discutiram profundamente, contribuindo assim para o fim da inércia da autarquia sobre o tema central para desenvolvimento sustentado do Concelho de Guimarães. 1 - Criação na Câmara Municipal de um Pelouro para o Desenvolvimento Económico e Formação Profissional. 2 - Criação de um Concelho Consultivo para o Desenvolvimento Económico e Formação Profissional integrando os partidos políticos com assento na Assembleia Municipal, os sindicatos, as associações patronais, a Universidade, o Ave Parque, a AMAVE e o Instituto do Emprego e Formação Profissional, entre outros. 3 - Construção no Parque Tecnológico das Taipas de uma escola de formação profissional devidamente equipada que integre as actualmente existentes no concelho e desenvolva valências tecnologicamente avançadas como a electrónica, informática, mecânica, electricidade e outras. Trazer a Universidade para um aconselhamento técnico pedagógico da mesma. Os fundos estruturais para a formação seriam centralizados potenciando o seu efeito e o controlo pedagógico da formação mais facilitado. 4 - Alterar a politica de solos do actual executivo, que como é sabido assenta na vertente imobiliária, colocando-a ao serviço do desenvolvimento integrado do concelho. Para isso é necessário antes da revisão do PDM adquirir uma bolsa de terrenos a preços não especulativos para deste modo criar condições para a Câmara construir novos parques industriais que respeitando o ambiente fomentem novos investimentos no concelho. 5 - Redução de taxas de construção para novas unidades industriais. 6 -Redução de taxas de loteamento para parques industriais privados desde que para indústrias de tecnologia avançada. 7 - Redução da actual derrama sobre o IRC em 25%. 8 – Aposta na diversificação,

promovendo mais e melhor turismo, mais e melhores serviços. São estas medidas que propusemos à discussão como parcelas de uma politica global que pretende atender à actual situação de crise industrial e acima de tudo contribuir para a ultrapassar em prol do desenvolvimento económico sustentado do Concelho, dando assim resposta aos problemas sociais que ela representa. Tendo consciência que embora importante o nível autárquico não é determinante para a definição das politicas e programas necessários ao emprego bem como ao apoio social decorrente da sua falta, temos vindo a contribuir para a discussão destes assuntos na Comissão Política Distrital, numa perspectiva comum à Área Metropolitana do Minho, assente em três ideias essenciais: 1 – Modernização industrial sustentada e apoio à especialização tecnológica das empresas (mesmo em sectores tradicionais) 2 – Valorização dos recursos humanos tendo em vista o desenvolvimento económico 3 – Apoio justo, equilibrado e dignificante às populações nas situações sociais mais difíceis geradas pela realidade actual e pela progressiva especialização dos sectores tradicionais." A maioria socialista considerou, de imediato, que o emprego não era a sua prioridade para este mandato. Os sucessivos planos de actividade reflectiram essa orientação. Mesmo onde constava rubricas capazes de interagir com o problema, como o Centro Incubador de Micro Empresas, Transformação de Unidades Devolutas para a instalação de Micro Empresas, laboratório de Inovação e Empreendedorismo, essas mesmas rubricas ficaram até hoje sem execução orçamental. Hoje vai, simplesmente, a reboque do desemprego, centrando aos poucos, o seu discurso nas preocupações sociais. Neste sentido, tomou algumas medidas, no apoio às rendas e no apoio à saúde, para além do tradicional cabaz. É pouco para quem tem obrigação de governar o concelho. No âmbito do apoio às famílias propusemos uma redução do IMI, prevendo um aumento de receitas ao longo do presente mandato, que se veio a verificar. Em 2005 as receitas subiram 13% em relação à média dos anos de 2002. 2003 e 2004, em 2006 26%, em 2007 37% e em 2008

42%. Aliás, pela análise do relatório, verifica-se um aumento sucessivo do total das receitas correntes ao longo do mandato. Propusemos, ainda, uma redução de 50% nas facturas das taxas e ramais de água e saneamento, por as considerar exorbitantes em relação ao poder de compra e às condições económicas, já então precárias, das famílias vimaranenses. A maioria socialista considerou essa proposta "eleiçoeira", desvalorizando as reais condições do tecido económico do concelho e, em consequência, as progressivas dificuldades económicas das famílias vimaranenses. Em contrapartida, e considerando que o problema se resumia a uma mera questão de boa cobrança, acrescentou uma rubrica no plano de actividades " Fundo Ambiental para as freguesias que cumpram as metas da rede de água e saneamento", acenando aos presidentes de freguesia com um prémio de cobrança, embrulhado em papel reciclado. Como os presidentes de junta não são tolos a rubrica nunca teve execução orçamental. Na presente crise económica as famílias têm que governar as suas casas fazendo o mesmo com menos rendimentos, mas a maioria socialista acha que a crise não é para todos, ou pelo menos não será para a casa que governa. Relembro, agora, o enquadramento e as propostas do segundo pilar " A Descentralização" *"Os últimos censos demonstraram que as freguesias mais urbanas resistiram à atracção da cidade. Essencialmente, porque essas povoações têm vida própria, e as pessoas, apesar de precisarem e de gostarem de ir à cidade, não sentem necessidade de passar a viver nela, cortando os seus laços diários com o resto da família, com os amigos de sempre, com a sua terra. E, na nossa opinião, ainda bem que assim acontece. Isso é bom, tanto para as freguesias, que não se desertificam, como para a cidade, que não se degrada como metrópole super-povoada de subúrbios desqualificados. Daí a necessidade de implementar uma gestão que estimule essas outras centralidades que já existem (e resistem), que são complementares à cidade, e cujo desenvolvimento precisa de ser apoiado. Essas novas centralidades desenvolver-se-ão a*

partir daquelas Juntas de Freguesia que, pela elevada população e pelos equipamentos, serviços e infraestruturas já instaladas, podem funcionar como âncoras, realizando a interacção com as outras freguesias limítrofes mais pequenas, com elas potenciando sinergias para um desenvolvimento participado. Um instrumento chave nesta política de desenvolvimento polinucleado tem de ser a garantia de uma boa acessibilidade à sede do concelho. É convicção do grupo de vereadores do PSD a necessidade de, para além da aposta na cidade de Guimarães, fomentar duas novas centralidades: - uma em torno da vila das Taipas, ligando-a a Ponte, conquistando o rio para as populações. - outra em torno das vilas de Moreira e Lordelo, contribuindo para inverter a actual tendência de recessão económica instalada na zona sul do concelho." É por estes objectivos que nos batemos, e por isso apresentamos ao Partido Socialista, durante este mandato, propostas de alteração às grandes opções do Plano e Orçamento que nunca tiveram resposta. No âmbito dos estudos de urbanização, pormenor e ordenamento dar prioridade aos estudos das Vilas de Taipas/ Ponte e Moreira/Lordelo. Em resposta a maioria abriu em sede de Plano de Actividades a rubrica "Estudo e Requalificação dos Centros Cívicos das Vilas e Freguesias". Tivemos que nos calar face a tão abrangente oferta. Hoje nessa rubrica executou-se apenas 23.085 Euros, não sabendo em que Vilas ou freguesias, enquanto na rubrica de elaboração de estudos e projectos a execução foi de 458.734 Euros e na Praça do Toural e Alameda a quantia de 108.476 Euros. No âmbito das acessibilidades propusemos prioridade aos projectos de ligação da Vila das Taipas e Vila de Lordelo à cidade. Hoje existem rubricas abertas de ligação das Vilas de Pevidém, S, Torcato, Lordelo, Taipas à cidade, para além de ligação Pevidém a Selho S. Cristóvão e o Acesso ao Parque de Ciência e Tecnologia às Taipas. Todas estas rubricas têm a sua execução a zero com excepção da ligação ao Avepark onde se investiu 1.641.826 Euros. No âmbito da rede de piscinas municipais propusemos a sua construção faseada ao longo do mandato,

definindo como a primeira a construir "uma piscina para Moreira e Lordelo". Hoje sabemos que neste mandato dificilmente qualquer delas será executada. Para as vilas e freguesias a actual maioria acrescenta sempre as nossas propostas ao Plano de Actividades, normalmente oferecendo tudo a todas. É incapaz de definir prioridades porque no fundo não quer fazer. Relembro, agora, o enquadramento e as propostas do terceiro pilar " A Transparência". Pretendíamos que os métodos, processos e decisões da Câmara fossem transparentes. Aqui houve progressos. Hoje não há obras com trabalhos a mais exagerados, as vendas de património são em hasta pública. Não chega, mas é um promissor começo. Finalmente numa abordagem mais técnica e tendo por base o Relatório e Contas e da análise do mapa de controlo orçamental concluímos, no que diz respeito às receitas correntes, que o grau de execução foi de 82,21%. Para uma previsão de cerca de 75.371.909 € cobraram-se receitas no valor de 61.405.206 €. É, efectivamente, uma boa execução orçamental, o que desmistifica a recorrente preocupação do Sr. Presidente, patente em sucessivas declarações públicas, em relação a eventuais quebras de receitas nos impostos que afectam directamente as famílias e as empresas. As receitas correntes têm vindo sempre a aumentar de 23.110.889 € em 2005 a 31.758.324 € em 2008. No relatório de 2007 referia-se existir um diferencial entre receita corrente e despesa corrente do exercício, correspondente a cerca de 8,5 milhões de euros, possível de aplicar em investimentos como receita própria, no entanto alertava-se que este diferencial positivo teria tendência a diminuir diluído nas, cada vez maiores, despesas de funcionamento dos equipamentos, Curiosamente este diferencial aumentou no presente relatório para os 9,5 milhões de euros, o que não estaria mal não fosse o facto de o ter feito à custa do aumento dos impostos directos e indirectos. Registamos um abrandamento do aumento

das despesas correntes, o que não sendo uma diminuição absoluta identifica um esforço de contenção. Continua-se a fazer estimativas em sede de orçamento de receitas de capital fora do contexto das acessibilidades aos Fundos Comunitários e ao Orçamento da Administração Central, inflacionando as receitas para poder sistematicamente prometer aos cidadãos aquilo que já sabe não poder cumprir. Por isso o grau de execução do Plano Plurianual de Investimentos ficou-se por uns míseros 39,86%. Fica claro neste Relatório que a actual maioria continua a privilegiar as receitas, não tendo em consideração as dificuldades actuais das famílias vimaranenses, num contexto de crise económica generalizada, que não previu atempadamente, e também fica claro que as obras que têm sido sucessivamente adiadas são as que mais interessam para promover a descentralização do investimento numa política justa para os cidadãos e de fomento da coesão do território. Por isso votamos contra". ----------

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO EM LIQUIDAÇÃO – RELATÓRIO E CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES, EM LIQUIDAÇÃO, RESPEITANTE AO ANO DE 2008 – Presente, para ulterior apreciação e votação pela Assembleia Municipal, a proposta respeitante RELATÓRIO E CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES, EM LIQUIDAÇÃO – ANO DE 2008 Os documentos respeitantes ao Relatório e Contas referidos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa,José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira. Absteve-

-se a Vereadora Ana Amélia Guimarães. ----------

VIMÁGUA – EMPRESA DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES E VIZELA, E.I.M., SA – PROCESSO DE FINANCIAMENTO E ACORDO DIRECTO E CONTRATO DE GARANTIAS – Presente um ofício da VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M., SA, remetendo, à Câmara Municipal para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal: **1 - Processo de Operação de financiamento** a celebrar entre aquela entidade, o Banco BPI, SA e a Caixa Geral de Depósitos, SA, no montante de 24 milhões de euros numa linha de longo prazo, a 20 anos, com taxa de juro nominal indexada à "Euribor a 6 meses (base 360 dias)", acrescida do spread de 2,50%; **2 - Acordo directo com o Município** e **Contrato de Garantias** com o penhor das acções e dos direitos de crédito do Município de Guimarães, como garantia da operação de financiamento acima descrita e minutas de contratos correspondentes. **DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram contra os Vereadores Rui Vítor Costa, José Manuel Antunes, Carlos Vasconcelos e Vítor Ferreira. Absteve-se a Vereadora Ana Amélia Guimarães. ----------

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA. ----------

PELAS DOZE HORAS E QUINZE MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. ----------